

Bolsonaro, de janeiro a março de 2019

Sergio Lessa

A última entrada importante na luta de classes dos operários foi a greve dos petroleiros de 1995. Foi o movimento de resistência mais importante e com maior potencial contra o neoliberalismo que então avançava pelas mãos do PSDB e do governo FHC. Depois, já no primeiro governo Lula, tivemos a mais longa greve dos funcionários públicos, aquela contra a Reforma da Previdência. Era o ano de 2003. Entre as duas greves, uma enorme diferença: a paralisação dos petroleiros teve um impacto sobre a sociedade do qual a greve dos funcionários públicos sequer se aproximou. E uma enorme semelhança: em ambas, a CUT e a burocracia sindical fizeram o que podiam para isolar e enfraquecer a luta. Em ambos os casos, a burocracia sindical saída da aristocracia operária cumpriu à risca a caracterização dela feita por Engels: “lugar tenente do capital no seio da classe operária”.

Desde então, a classe operária e os trabalhadores em geral têm demonstrado pequena capacidade de luta e resistência, deixando os patrões com uma margem de ação que não contariam fosse a situação marcada por uma intensa de luta de classes e pela presença do proletariado no cenário político como o antagonista do capital.

Este o primeiro elemento importante para que compreendamos os primeiros três meses do governo Bolsonaro: o Partido da Ordem (Marx, em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*) pode se fragmentar em correspondência aos distintos interesses que abriga porque uma sua ação unitária contra seu inimigo de classe ainda não é necessária.

O segundo elemento importante é o pano de fundo formado pela crise estrutural do capital, em especial pela sua fase mais recente que se iniciou com a crise de 2008. A quebra dos bancos com pesados investimentos no setor imobiliário nos EUA e outros países apenas colocou sob os holofotes uma transformação no peso relativo dos setores do capital para a reprodução do capital como um todo: os bancos se tornaram mais importantes, se converteram em uma mediação mais decisiva que no passado,. A causa para esta alteração do peso relativo dos bancos é facilmente compreensível: o capital industrial, o maior produtor de capital, não mais pode, como podia no passado, investir seus lucros na cadeia produtiva. E isto se deve ao fato de que, com a crise estrutural, não apenas os mercados não se expandem como ainda tendem mesmo a se contrair em várias ocasiões. Sem poderem reinvestir na produção, os capitalistas possuem apenas uma alternativa: investir nos Bancos. Estes, contudo, apenas podem pagar por estes investimentos os juros prometidos se contarem com um tomador de empréstimo disposto a emprestar o montante que for necessário para manter o sistema funcionando e, ainda, que

seja disposto a pagar os juros necessários tanto para dar lucros aos bancos quanto para manter rentáveis os capitais oriundos da esfera industrial. Este tomador de empréstimo é o Estado que, deste modo, conforme os anos avançam, tem à sua disposição uma crescente montante de riqueza para investimentos de toda ordem.

É assim que o peso relativo dos bancos tende a crescer *vis à vis* à indústria e ao comércio e, paralela e conseqüentemente, tende a crescer o peso do Estado na economia, já que termina possuidor de vastíssimos recursos. Esse aumento do peso do Estado na reprodução do sistema é acompanhado pelo aumento do peso político dos burocratas e dos políticos que gestam o Estado em nome do capital. O estamento político-burocrático vê seu poder crescente lhe possibilitar também uma apropriação crescente da mais-valia produzida na indústria, na agricultura e nos serviços. Assim, nos últimos anos, no Brasil cerca de 46% dos investimentos têm sua origem no Estado e o aparato político-burocrático se apropria, pela corrupção e práticas assemelhadas, cerca de 600 milhões de reais por dia, algo como 290 bilhões por ano. Para se ter uma ideia do que isto significa: no ano passado, a renúncia fiscal (o governo abre mão de impostos e taxas para os capitalistas) foi da ordem de 350 bilhões.

Com a crise de 2008, tornou-se imperativo para o grande capital recuperar ao menos em parte a mais-valia apoderada pelo estamento político-burocrático. Abriu-se um enorme conflito. Porque, por um lado, sob os governos petistas, o esquema de corrupções e propinas atingiu um patamar muito mais desenvolvido e orgânico, o que correspondeu também a uma maior unidade e articulação das várias camadas que compõem o estamento político-burocrático (sobre isso, voltaremos a seguir). Por outro lado, porque a crise intensificou as disputas entre os diversos setores do capital. Não havia mais, como nos anos de “bonança”, recursos para financiar as disputas entre os capitalistas com novas renúncias fiscais, novos financiamentos ou novos programas como os PACs os MCMV etc.

Foi a articulação orgânica dos petistas e da burocracia sindical com o estamento político-burocrático que conduziu ao impeachment da Dilma, ao governo Temer e, depois da “sublevação das urnas” que tivemos em 2018, ao governo Bolsonaro. Contra a maior parte do grande capital, o estamento político-burocrático e os petistas foram conhecendo sucessivas e importantes derrotas: a Lava-Jato, a prisão de Cunha, a derrocada dos petistas, a desmontagem e prisão dos principais operadores do “mecanismo” no Rio de Janeiro etc. O descontentamento da população, o seu descrédito para com as instituições, para com a politicagem e o Estado, foi o principal móvel para a eleição de Bolsonaro – um fato que ninguém esperava, nem mesmo o atual presidente.

É importante, para se compreender o país em que vivemos, ter em mente que o que assistimos é uma luta entre os distintos (porque possuem interesses por vezes divergentes) setores do capital (os bancos, as indústrias, o *agrobusiness*, o comércio, os serviços etc.) e o estamento político-burocrático ao redor da repartição da mais-valia produzida pelos operários e trabalhadores. As divergências políticas e ideológicas, reais e importantes como instrumentos na luta em questão, são de fato expressões dessa disputa de fundo pela riqueza entre os "donos do capital" e os "donos do poder do Estado".

Em resumo, a paralisia dos operários e trabalhadores e o conflito entre o estamento político-burocrático e o grande capital são os dois elementos imprescindíveis para compreendermos o resultado a que chegamos após três meses do governo Bolsonaro. Isto esclarecido, podemos ir ao Governo Bolsonaro.

Uma mistura explosiva

Os menos de 40% dos votos recebidos por Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018 não foram, em sua totalidade, exatamente para ele. Bem como os votos que produziram uma inédita renovação nos legislativos desde a redemocratização não foram, em sua totalidade, para os valores e propostas pueris, muitas vezes simplesmente inaplicáveis, do "bolsonarismo" – seja lá o que isso for. Foram em grande parte votos antipetistas, anti-*status-quo* e anticorrupção. Ou seja, os bolsonarianos foram eleitos não pelo que de fato são, mas pelo que os eleitores não queriam mais em Brasília. Isto confere a eles um apelo popular muito menor do que parecem avaliar que têm ou que teriam no caso de um conflito político generalizado.

Para chegar ao poder, Bolsonaro foi costurando uma frente com quatro elementos que são, entre si, em larga medida incompatíveis. O primeiro deles são os militares, que ocupam hoje administrativa e politicamente lugar de destaque no governo, a iniciar pelo vice, ex-general Mourão. Os militares são parte do estamento político-burocrático, porém uma parte que, desde o fim da Ditadura Militar, conheceu seu ostracismo. Foram colocados sob o controle de um civil e, na divisão do bolo da mais-valia que passa pelo Estado, foram sempre o primo pobre. Pela sua própria estrutura, os militares são muito sensíveis às pressões vindas de sua base social, base esta que é parte daquilo que imprecisamente se denomina o "baixo-clero" do estamento político-burocrático.

Lembremos que a Odebrecht tem papel importante no processo de rearmamento e modernização das Forças Armadas, em especial da Marinha, com os projetos de submarinos

convencionais e o desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear. Além disso, também militares foram presos pela Lava-Jato em conexão com as propinas e corrupções envolvendo o Projeto Nuclear (Nuclebrás, Angra 3 etc.).

Entre os militares, na sua maioria reformados, que fazem parte do governo e os militares da ativa, com efetivo comando de tropas, não há uma identidade nem um alinhamento automático. O próprio Mourão foi para a reserva e excluído/reformado por indisciplina, sofreu (claras!) punições sob vestes de medidas administrativas. Em 2015 ele caiu do Comando Militar do Sul depois de criticar a Dilma e em dezembro de 2017, após sugerir a possibilidade de intervenção militar, perdeu o cargo de secretário de Economia e Finanças para ficar adido à Secretaria Geral do Exército. Já no governo, ele declarou que iria para a reserva no dia 31 de março (admitindo já a possibilidade de se lançar candidato), e passou à reserva no final do mês -- não de março, mas de fevereiro de 2018.

Tudo indica que, nessas primeiras semanas, os militares no governo, Mourão acima de tudo, estão interessados em se apresentar como independentes, essencialmente distintos de Olavo de Carvalho, do clã Bolsonaro e dos bolsonaristas em geral e com algumas diferenças importantes com Guedes no que diz respeito à amplitude das privatizações e à reforma da Previdência dos militares. Foi Mourão quem defendeu que o aborto é uma questão que diz respeito apenas às mulheres e que lamentou a demissão Ilona Szabó, crítica da liberação do porte de arma de fogo, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Argumentou ele que é lamentável que pessoas que divirjam não possam se sentar na mesma mesa! São os militares os porta-vozes mais explícitos da impossibilidade de uma intervenção armada na Venezuela etc., combatem a liberação do porte das armas de fogo, se opuseram à transferência da embaixada em Israel para Jerusalém etc.

Este o primeiro dos elementos que compõe o governo: os militares. O segundo é o restante do estamento político-burocrático, formado pelo seu alto e pelo baixo-clero. Pelas movimentações desses primeiros três meses, parece seguro enxergar haver, se não uma muralha da China, ao menos um fosso entre o baixo e o alto clero. Isto tem por fundamento último a base econômica para a reprodução tanto do baixo quanto do alto clero.

O relato da conversa de um prefeito com um deputado federal, ambos tidos como sendo da base governista, descreve bem a situação. Dizia o prefeito que, aprovada “esta” reforma da Previdência, não mais “se venderia um quilo de carne na sua cidade”. Por terem suas bases eleitorais nas camadas mais pobres e nas regiões e municípios menos desenvolvidos do país, os membros do baixo clero do estamento político-burocrático possuem interesses e perspectivas

que nem sempre acompanham aqueles do alto clero. Este, por sua vez, é formado pelos “caciques” de Brasília e pelos diretores das empresas estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás etc.). No passado recente, estes “caciques” (lembramos de Jucá, Moreira Franco, Temer, Cunha, Sarney, ACMNeto etc.) tinham sob controle os do baixo clero porque contavam com recursos vindos das propinas e corrupções para financiar as eleições do baixo clero através de “agrados” às suas bases eleitorais. Um dos efeitos importantes da Lava-Jato foi diminuir bruscamente esses recursos. Com a inesperada renovação dos legislativos, essa falta de recursos colabora para dificultar o controle do baixo pelo alto clero. E esta é uma situação instável (não deve perdurar por muitos meses, pois os “novos” serão rapidamente inseridos nos esquemas dos “velhos”) que traz grandes problemas práticos ao funcionamento do legislativo, em especial em Brasília. Como montar as comissões legislativas? Quais os aliados seguros? Quais os que não se pode contar sempre? Quem deve favores a quem? Quais os votos da “oposição” que podem ser “conquistados”?

Importante, neste momento, é que Bolsonaro e filhos sempre foram parte do baixo clero. Excluídos dos esquemas de corrupção e propinas do alto clero, os Bolsonaro sempre se moveram com mais facilidade nas sombras e porões da pequena corrupção e das milícias. Votaram contra as reformas da Previdência no passado e, agora, ainda que não explicitamente, incentivam a resistência e não pretendem intervir no Congresso para aprová-la em sua totalidade.

Nesta situação, enquanto Maia e o alto clero se arvoram como os principais articuladores políticos e defensores da reforma da Previdência proposta por, o baixo clero resiste e conta com o apoio, ainda que velado, do próprio Bolsonaro e seus filhos, para esta resistência. Claro, pela quantidade de congressistas que possui, sem o baixo clero nenhuma reforma será possível.

O terceiro elemento do governo Bolsonaro são as forças econômicas representadas por Guedes. Essas forças não são tão amplas quanto possam parecer a primeira vista. Guedes nem é um intelectual orgânico do capital financeiro nem seu representante político. É um aventureiro e empreendedor que ganhou alguns milhões com especulações no mercado e que espera com seu programa econômico amealhar mais outros tantos. O modo como ele dispôs seus investimentos às vésperas de se tornar ministro mostra com que medidas econômicas ele espera se enriquecer ainda mais. A sua proposta de um liberalismo econômico a todo vapor, que praticamente reduz o Estado ao aparato repressivo e aos mecanismos mais básicos do controle da moeda e das finanças – explicitamente inspirado na Escola de Chicago mas mais provavelmente resultante de seu senso de oportunidade para bons negócios nesses anos de

bolsonarismo – coincide com alguns dos projetos e algumas das necessidades mais imediatas do conjunto do capital. Acima de tudo, a transferência para o capital privado de boa parte dos bilhões hoje nas mãos do estamento político-burocrático pela diminuição da presença do Estado na economia, o “barateamento” dos custos sociais com a reforma da Previdência e a desoneração do orçamento, a privatização do que ainda for privatizável – estas e outras medidas vão de encontro ao conjunto do capital. Daqui reside a sua força e sua autoridade no interior do governo.

Contudo, contra ele pesa o fato de não ser, de fato, um representante do conjunto do capital, nem mesmo do seu setor financeiro; pesa o fato de que seu projeto liberal entra em choque com as concepções estratégicas dos militares no governo e da família Bolsonaro, os quais enxergam na privatização total e completa de Guedes a renúncia à soberania nacional. Contra ele há ainda uma desconfiança do baixo clero do estamento político-burocrático que percebe que tais reformas lhes tirarão votos na medida em que aumentarão a miséria de suas bases eleitorais.

O quarto elemento do governo Bolsonaro é aquilo que Fernando Henrique Cardoso denominou de “família imperial”. Isto é, a influência no governo dos filhos de Bolsonaro. Esta influência tem sua importância porque representa, se podemos dizer assim, o aspecto ideológico duro do bolsonarismo. Em clara e explícita aliança com o astrólogo da Virgínia, Olavo de Carvalho, a família expressa a revolução da moral e dos costumes que os bolsonaristas enxergam como a panaceia universal para todos os nossos males. O clã Bolsonaro está maravilhado com o “milagre” da virada que deu a ele a vitória nas últimas eleições e tende, por isso, a superestimar tanto o apoio que possui da população quanto sua capacidade de mobilizar a sociedade pelas redes sociais.

A primeira investida da “família imperial” foi contra os militares, ainda no período de transição de governo, transbordou com as disputas no interior do Itamaraty e do Ministério da Educação. No caso do Itamaraty, o ministro Ernesto Araújo terminou sob o controle de uma comissão formada também por militares para evitar que faça declarações ou tome medidas que tenham impacto estratégico-bélico (ou seja, todas as questões minimamente importantes). Em questões como a mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, as relações com a Venezuela etc. o ministro pouco apita. No caso do Ministério da Educação, a disputa ainda está em andamento. A indicação do novo ministro (Abrahan Weitraub) mantém o ministério sob os olvetes mas não supera o conflito no seu interior com as outras alas do governo e do Congresso. O que é claro é que os partidários do Olavo de Carvalho e a “família imperial” estão

descontentes, para dizer o mínimo, com a postura dos militares naquela pasta. Foi neste contexto que Olavo de Carvalho chamou Mourão de “Idiota” e declarou que havia telefonado ao Ministro da Educação, Velles, para manda-lo “tomar no cú”. Bolsonaro, ainda assim, jantou em Washington com Olavo de Carvalho sem tomar a defesa de seu vice ou de seu ministro – mesmo poucas horas depois de o astrólogo da Virgínia ter declarado que mais seis meses nesse andar o “Governo Bolsonaro estará terminado”. Há duas semanas, Eduardo Bolsonaro preconizou que o governo deveria jogar o povo nas ruas contra a “velha política” para forçar o Congresso a aprovar as medidas que preconizam como de salvação nacional, não apenas nos costumes e na política referente ao posse de armas, mas, também, na reforma da Previdência.

São esses quatro elementos que compõem o fundamental da crise que amadurece no seio do governo malpassados 100 dias de seu início.

A tentativa de um acordo

O alto clero do estamento político-burocrático saiu em vantagem nas primeiras semanas do novo governo. Lembremos que o cenário não lhes era particularmente favorável. Depois de impor uma reforma eleitoral que colocou em suas mãos verbas que julgava suficientes para garantir a reeleição do antigo Congresso e, com isso, manter os velhos caciques no poder por mais alguns anos, viram um "vendaval eleitoral" operar uma renovação na Câmara dos Deputados e no Senado (e em vários legislativos estaduais) que os atingiu diretamente. Esse enfraquecimento possibilitou que o novo governo estruturasse o seu primeiro escalão sem o mesmo tradicional toma-lá-dá-cá na distribuição de cargos e que Bolsonaro se propusesse a dialogar por cima dos partidos diretamente com as bancadas temáticas, a da bala, da bíblia e a do agrobusiness seriam os seus principais interlocutores.

Em pouco menos de dois meses (contando com o mês e meio da transição ao novo governo) o DEM se movimentou com rara competência para se tornar a peça chave no Congresso com a reeleição de Maia para a presidência da Câmara e de Alcolumbre para presidir o Senado. Além disso colocou três ministros no Planalto, entre eles o que seria o articulador político, Onyx Lorenzoni, na Casa Civil. Ainda, Onyx venceu uma disputa com Guedes. Este preferia Renan Calheiros para presidir o Senado tendo em vista a reforma da Previdência.

O DEM saiu a campo para se cacifar junto ao grande capital como a principal força que garantiria a aprovação da reforma da Previdência tal como Guedes propôs. Ao mesmo tempo, apresentou suas demandas para indicações de afiliados aos cargos ainda não preenchidos no

governo federal bem como verbas para a manutenção de seu poder eleitoral. Ainda, pelo andar da carruagem, com essa aproximação do alto clero com o grande capital, ter-se-ia chegado a um acordo com Supremo Tribunal Federal para sustar a Lava-Jato, que “já teria ido longo demais”.

Enquanto as rusgas entre Bolsonaro e o Congresso e a briga entre o Presidente e Rodrigo Maia (presidente da Câmara) se intensificavam (voltaremos a isso logo abaixo), o acordo do alto clero do estamento político-burocrático com o DEM e o Supremo para que a Lava-Jato fosse contida parecia, nos bastidores, andar bem.

Há cinco anos, o Supremo deu início à Lava-Jato, ao em uma decisão inédita, deixar os processos em Curitiba ao invés de, como era tradição, serem transferidos para Brasília, cidade na qual o aparato judicial estava sob controle dos caciques do Congresso. Agora, o Supremo como que reverteu a decisão: já que a maior parte das acusações envolvem crimes eleitorais, decidiu que caberá não mais a Curitiba, mas à Justiça Eleitoral, a continuidade dos processos. Esta, após anos de fiscalização das campanhas eleitorais, está contaminada pelas práticas de corrupção e não está aparelhada para a complexidade dos processos sobre os quais irá decidir daqui para frente. A Lava-Jato está conhecendo sua derrota mais importante. Abriu-se uma clara cisão, antes inexistente, entre o Ministério Público e o Supremo, que agora parece se aliar com os políticos contra a Lava-Jato.

Não está claro, contudo, qual seria a abrangência deste acordo. Tudo indica que, com o beneplácito do grande capital (tanto a Folha de São Paulo quanto o Estadão estão a clamar em altos brados por um limite na Lava-Jato e acusam os procuradores de terem ido “longe demais”), uma figura como Temer não teria salvação, mas um Renan Calheiros talvez possa vir a se salvar. Maia, pai e filho, contudo, estariam a salvo. Muito mais seguras parecem estar as liberdades de Jucá e de Sarney. Daqui para frente não deveria haver nenhuma nova investigação e nenhuma nova grande operação contra os políticos e os burocratas das altas camadas. Moro ficou, no Ministério, em uma sinuca de bico. Não pode intervir para favorecer a Lava-Jato a não ser oferecendo leis para serem aprovadas pelo Congresso... nas mãos do DEM que agora teria o apoio do Supremo e do grande capital para “conter a sangria”, numa expressão tornada célebre por Jucá.

Foi nesse contexto que se deu a prisão de Temer, de Moreira Franco e outras 10 pessoas e as primeiras acusações sérias contra os Maia (a Odebrecht afirma ter pago milhões para pai e filho). Tudo indica que essas prisões de Temer e caterva eram esperadas. Mas nem no Supremo nem nos jornais da burguesia as prisões foram saldadas como mais um passo na moralização da política deste país. O estamento político-burocrático em sua quase totalidade manifestou

solidariedade para com Maia, genro de Moreira Franco. O Estadão e a Folha vociferaram contra a dureza e o cenário rocambolesco das prisões. Até o PT as comentou desfavoravelmente. Além de Cunha (que, dizem, deu as primeiras gargalhadas na prisão ao receber a notícia), as exceções foram os políticos ligados ao PSL, o próprio Bolsonaro e seus filhos. Também por ocasião das denúncias de corrupção contra os Maia, nenhum movimento de apoio ou solidariedade da "família imperial" ou mesmo de Onyx que, lembremos, é do mesmo partido que Maia, do DEM. Ou seja, tanto na aprovação da reforma da Previdência, quanto na contenção da Lava-Jato, os Bolsonaros têm se revelado não apenas aliados inseguros, mas mesmo adversários (talvez, mesmo, inimigos) tanto do alto clero do estamento político-burocrático quanto de Guedes e do grande capital.

O desgaste do governo

Nas mesmas semanas em que tudo isso acontecia nos bastidores, na cena mais abertamente pública o alto e o baixo clero no Congresso aumentaram a pressão contra a "nova política" com a finalidade expressa de conseguir cargos e prebendas. O discurso que expressa essa demanda desta demanda é a "democrática" reclamação da falta de "diálogo" por parte de Bolsonaro para com o Legislativo.

Foi neste contexto que veio à tona não apenas a profusão de candidatos laranjas no PSL, o partido de Bolsonaro, com toda a corrupção que implica, como também ganharam as manchetes o caso do seu filho Flávio e a movimentação bancária pouco peculiar de seu xará, Flávio Queirós. Nesse contexto caiu Bebianno, num episódio que fez o Estadão, em um editorial, manifestar a esperança que Bolsonaro "não minta mais". Logo depois, se ventilou a proximidade da "família imperial" com as milícias no Rio e, mais recentemente, a escandalosa proximidade de residências entre um dos acusados de assassinar a Marielle, Ronnie Lessa, e o Presidente. A última nesta cena é a revelação de que os dois prédios que ruíram em Muzema, no Rio de Janeiro, foram construídos por milícias próximas à "família imperial".

Bolsonaro deu o troco: se negou a entrar em campo no Legislativo e argumentou que seu papel de Presidente se limitava a encaminhar a proposta da reforma da Previdência ao Congresso. Agora, daqui por diante, seria uma tarefa do Maia conduzir a votação a bom termo!! Sem o apoio da Presidência, Maia não tem nenhum cartucho para negociar com os parlamentares e, jogo virado, ficou nas mãos de Bolsonaro. Exigiu que o Presidente assumisse a articulação dos votos no Congresso, ao que Bolsonaro uma vez mais retrucou que não seria

arrastado a esse campo de combate que não é o dele: o Executivo trata do Executivo, o Congresso é problema dos congressistas!

Após farpas de ambos os lados, Maia ("não sou mulher de malandro" que apanha e volta ao primeiro sinal de afago) e Bolsonaro (Maia "é aquela namorada que ameaça embora mas antes quer conversar") chegaram, neste meados de abril, a um acordo: alguma "interlocução com o Legislativo" seria aberta por Bolsonaro.

Bolsonaro, claro, não estava abrindo a mão de "intervir no Congresso". Ele apenas quer intervir a favor de sua proposta de reforma da Previdência que não é a do Guedes. Junto com o baixo clero, afirmou ainda no período da transição de governo que não é possível salvar a Previdência matando o trabalhador. Não que ele tenha se convertido em um defensor dos trabalhadores, evidente, mas ele sabe o quanto custará de votos àqueles deputados que reduzirem as despesas do Estado com o financiamento da miséria. Fez o que exigiram dele, ou seja, encaminhou a proposta de Guedes ao Congresso. Agora, quem for favorável a ela que entre em campo e a aprove. Os jornais burgueses não se cansam de reclamar contra a ineficiência e a inércia nas ações do Executivo para a aprovação da reforma da Previdência proposta por Guedes. O governo, enquanto isso, tenta mudar o foco das atenções: oferece um pacote de providências sem grandes impactos reais. Tenta tomar a ofensiva na luta pela opinião pública com um golpe de cena, nada mais do que isso.

Tem ainda a crise da Venezuela e a proposta de uma política externa atrelada ao Trump e ao complexo industrial-militar estadunidense. As coisas são aqui ainda mais absurdas. Contra os militares e seguindo as orientações do Olavo de Carvalho, os Bolsonaros, pai e filhos, propõem a intervenção militar. Os militares sabem que não temos condições de uma tal intervenção por falta do mais simples equipamento militar – mas acima de tudo defendem, desde o final da II Guerra Mundial, um alinhamento com os EUA que não seja nem automático nem imediato. Concebem, de modo confuso e pouco claro, ser possível defender a soberania nacional e desenvolver o país se alinhando com os EUA mas deixando aberto um espaço para alguma autonomia. Nisso se aproximam de Guedes, que declarou em alto e bom tom que faremos negócios com a China, e não com os americanos, sempre que isso for mais lucrativo. E, como forma de pressão contra o governo, o "Centrão" (agora reestruturado no Congresso) está propondo não aprovar várias das medidas anunciadas em Washington na recente visita de Bolsonaro, entre elas a liberação da exigência de visto para os turistas americanos visitarem o Brasil.

Na viagem a Israel, as atrapalhadas continuaram: Bolsonaro recuou de sua promessa de mover a embaixada do Brasil para Jerusalém, ainda assim enfureceu os árabes ao visitar o Muro das Lamentações; no retorno ao país marcou um encontro com "os árabes" para dizer o quanto os admira e declara, para horror de todos, que o massacre dos judeus pelos nazistas (o Holocausto) poderia "ser perdoado, mas não esquecido". A bancada da Bíblia se sente traída com a não transferência da embaixada para Jerusalém, a bancada do gado (*o agrobusiness*) se enfurece ao Bolsonaro irritar os árabes, a elite ilustrada se horroriza ao ele dizer que o nazismo foi de esquerda, os democratas se escandalizam com o perdão ao Holocausto...

Com isso tudo a popularidade do governo apresenta uma séria tendência de queda... o que significa, imediatamente, que o governo fica ainda mais nas mãos do baixo clero no Congresso.

No meio disto tudo, o pobre do Moro colhe as durezas da besteira que fez ao escolher vir para o Ministério do Bolsonaro. A "carta branca" da Presidência que recebeu para combater a corrupção não tem, de fato, qualquer valor. Maia o chamou de "funcionário de Bolsonaro" e o mandou quase literalmente calar a boca e a Presidência nem sequer se manifestou a favor de seu ministro -- que apenas solicitara que suas medidas anticorrupção fossem colocadas na agenda da Câmara dos Deputados. Aproveitando do pouco prestígio do Ministro junto à Presidência e do acordo de bastidores para conter a Lava-jato, Maia enterrou o pacote de Moro sob uma comissão que vai investigar a proposta e analisá-la junto com outras propostas já em andamento no Congresso. Moro, ao que tudo indica, terá um papel meramente administrativo no governo e sequer terá força para intervir contra o acordo para enterrar a Lava-jato.

E agora?

O que poderá acontecer nas próximas semanas e meses é – deixem-me novamente citar o Mourão – uma tarefa para a bola de cristal do astrólogo da Virgínia.

O capital parece finalmente se dar conta de que a reforma da Previdência não era tão segura e certa quando avaliava e as Bolsas e o dólar começam a oscilar. Não está claro até onde Bolsonaro na Presidência manterá a linha dura de não entrar no "toma-lá-dá-cá da velha política". Seu argumento há dias, de que não seguirá o exemplo de Lula e de Temer, ambos presos, parece indicar que sua resistência não deve durar muito. É um argumento já de retirada. Mas pode também não ser.

Nesse meio de campo mais do que embolado, também não está claro como será o comportamento do baixo clero do estamento político-burocrático. Uma parte, tida como base assegurada do governo, como a bancada da bala e a da Bíblia, tece críticas seguidas e quase diárias à falta de interlocução – isto é, à falta de cargos e sinecuras – e ameaça apenas votar com o governo na pauta dos costumes. O PSL parece se fragmentar hora a hora. Nestes dias em que escrevo, a deputada mais votada em São Paulo, Janaína Pascoal, está a "exigir" a demissão do Ministro do Turismo, Marcelo Antônio, acusado também de ameaçar matar uma deputada do partido que lhe acusa de roubar com o esquema das candidaturas laranjas. O líder do governo na Câmara, deputado Waldir Pires, acusa Bolsonaro de ter "criminalizado" o Legislativo com a criação da expressão "velha política" e diz que o governo não tem nem 100 votos (dos 305 necessários) para aprovar a reforma da Previdência.

Os militares, nesses meses, estão se cacifando como os únicos no governo que possuem equilíbrio e bom senso, ao lado de Guedes, que apresentou a única proposta minimamente articulada de todo o governo. Que a Lava-Jato já conheceu melhores dias, parece certo. Caso o Supremo revogue as prisões após a condenação em segunda instância, será o prego em seu caixão. Contudo, quais as balas que os procuradores ainda possuem e como poderão com elas se voltar contra tal acordo? Prender Temer, acusar os Maia, expor as investigações em andamento etc. serão suficientes para jogar a opinião pública contra o acordo e, assim, conferir aos procuradores uma sobrevivência? E, por último mas não por fim, Olavo de Carvalho lançou uma campanha para arrecadar fundos para pagar seus impostos e suas despesas médicas, já atrasadas!! Nem para o astrólogo da Virgínia as coisas estão nos seus melhores dias!

Uma onda conservadora e fascista?

Quando a crise social se aproxima de limites históricos, na esfera ideológica temos também a ativação de ideologias extremas. Esse fenômeno ocorre com enorme frequência na história. Na política, são as posições mais extremas, à esquerda e à direita, que tendem a angariar maiores apoios, as posições de centro que antes predominavam incontestes tendem a ser fustigadas por todos os lados.

Em um ensaio já clássico, *A decadência ideológica da burguesia*, Lukács demonstrou como desde 1848 a burguesia tende a desenvolver concepções de mundo marcadas pelo irracionalismo. Em sua obra *A destruição da razão* (a ser lançada este ano pelo Instituto Lukács) ele argumentou como essa tendência se consubstanciou de forma mais intensa no surgimento e desenvolvimento do nazismo. Mesmo em suas formas menos extremadas, as ideologias

burguesas contêm um importante *quantum* de irracionalismo em suas categorias essenciais. Para pegar um exemplo bem mais recente, mesmo teorizações racionalistas como a *Teoria do Agir Comunicativo* de um Habermas, recai para o irracionalismo em sua categoria fundamental, o "mundo da vida".

O que vivemos no país hoje é algo similar. O desespero da população, o receio quanto ao futuro imediato, a desesperança que lança milhares à depressão e outros tantos ao suicídio, a crescente violência etc. torna o bolsonarismo uma ideologia atraente. Por duas razões fundamentais. Primeiro, é uma ideologia imprecisa e gelatinosa o suficiente para que cada pessoa possa nela enxergar o que lhe parece mais adequado. Assim, pode-se crer que os problemas do país são de fundo moral, religioso, de falta de boas famílias e de pais dedicados aos filhos -- ou mesmo de falta de repressão, de excesso de liberdade. De acordo com ela, pode-se postular que os culpados por nossas misérias são os professores marxistas que ensinam o kit-gay, é o comunismo globalista que destrói a moral ou a ideologia de gênero que corrompe as mulheres. E assim por diante. Além do fato de que cada um concebe o bolsonarismo segundo sua conveniência, ele ainda oferece uma correção aos males do país sem que seja necessário uma superação do modo de produção. Ele tem em comum ao petismo o seu caráter reformista: basta alterar a administração das coisas públicas que tudo será resolvido. Basta, como se dizia há algum tempo, ter "vontade política".

Que esta ideologia confusa e disforme que é o bolsonarismo seja essencialmente conservadora, não há dúvidas. Que seja fascista, é algo insustentável (a não ser por aquelas forças políticas que ainda pretendem apoiar o PT como a salvação nacional contra o "fascismo"). Nada tem de fascista, nem no seu confuso núcleo teórico, nem em sua função social.

Há uma crescente onda conservadora no país. Não parece caber dúvidas. Que esse confuso conservadorismo tem hoje um prestígio social que não tinha há poucos meses, também parece indiscutível. Contudo, o seu poder de fogo não está ainda claro e tudo indica será menor do que parecia há alguns poucos meses. Por duas razões básicas. A primeira: não traz consigo uma proposta factível de superação da crise econômica. Pelo contrário, as indicações levam a crer que atravessará este ano de 2019 e a primeira metade de 2020 com o desemprego em elevação e o PIB crescendo em taxas muito modestas.

A segunda: se sua base social parece ser ampla, a base social de suas propostas concretas é bem mais estreita. Isto é típico de ideologias imprecisas e gelatinosas: muitos concordam com elas porque nelas enxergam o que, de fato, não são. Assim, por exemplo, o Escola sem Partido não tem tanto apoio quanto o bolsonarismo em geral; as medidas conservadoras no campo da

educação não conseguem sequer passar a barreira da resistência burocrática no Ministério da Educação. A bancada da Bíblia não tem força para levar embaixada brasileira em Israel para Jerusalém e tem de se contentar com um "escritório de negócios". A bancada da bala não consegue sequer furar a pressão da Taurus para abrir o mercado brasileiro para as armas importadas. O alinhamento automático aos EUA não consegue se impor devido à resistência de parte importante do grande capital. Sequer a "nova" política conta com o apoio dos "novos" políticos eleitos na última eleição! O PSL está longe de ser a base de apoio dos sonhos do governo!

O conservadorismo parece ter seu núcleo ideológico mais consistente, neste momento, no "bom senso" que tem sido a marca de militares extremados e extremistas do passado muito recente, como o ex-general Mourão. Esse "bom senso" tem muito mais de um liberalismo não tão extremado quanto o de Guedes, na esfera econômica, e com um legalismo extremado no plano da ordenação social. Muito distante da saída mágica e indolor oferecida pelo bolsonarismo: bastaria uma mão autoritária guiada por Deus para solucionar nossos problemas.

O resultado prático de tudo isso não pode ser previsto nestes dias que escrevemos. Que o conservadorismo tende a resultar em uma política de Estado repressiva e violenta é verdade, mas qual a intensidade e amplitude desta política é algo que não se pode prever agora. Pois, em larga medida, dependerá do aprofundamento ou não das lutas de classe, da entrada ou não, no cenário político, do proletariado enquanto antagonista histórico da burguesia.

Desta situação nebulosa, apenas uma coisa parece mais clara: o aprofundamento da crise econômica, a manutenção do desemprego elevado, a desesperança de milhões em melhores dias, a queda do prestígio junto à população tanto dos políticos quanto do Estado quando associados por longo período de tempo, como ocorre no presente, podem indicar a proximidade de uma "tempestade perfeita". Ela, contudo, é imprevisível, como todas as tempestades. Pode-se dizer que elas virão, mas se pode prever onde e quando cairá o primeiro pinga (Engels).

Cabe aos revolucionários se preparem para todas as hipóteses, inclusive para esta.